

**GREVE
NACIONAL
DOS DOCENTES
FEDERAIS 2015****UFMT****ANDES**
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

AMPLIAR A LUTA UNIFICADA PARA CONQUISTAR O ATENDIMENTO DE NOSSAS REIVINDICAÇÕES E ENFRENTAR O AJUSTE FISCAL



denunciar o desemprego em massa.

A greve também se espalhou na última semana entre os estudantes. Tanto na Universidade Federal do Paraná quanto na Federal do Ceará, a greve estudantil foi aprovada em assembleias massivas, o que faz que esse movimento chegue a mais de dez federais em todo o país. A ocupação de reitorias por estudantes projetou-se esta semana em unidades acadêmicas da UFF (Volta Redonda), da UFSC e da UFPel, assim como estudantes da UFAL mantiveram a sua ocupação contra o atraso nas bolsas.

Como se vê, dentro e fora das universidades há uma disposição dos trabalhadores em evitar que seus empregos, salários e direitos sejam destruídos pela política orquestrada entre o Estado e grandes grupos capitalistas.

O conjunto de mobilizações, lutas e greves é uma resposta dos trabalhadores a essa política que ganhou, no dia 10/08, mais um página nefasta: a apresentação da "Agenda Brasil", que tem como proposta o "reajuste planejado dos servidores dos três Poderes". No contexto da "Agenda", isso significa mais arrocho salarial. O conteúdo dessa proposta busca ser imposto pelo MPOG com o parcelamento do reajuste em 4 anos, e com o projeto de lei que atinge os servidores do judiciário com reajuste dividido em oito parcelas semestrais.

Nesse cenário em que se aprofundam ataques aos direitos e aos serviços públicos, a nossa greve mostra-se necessária para defender o serviço público, melhores condições de trabalho e estudo nas IFE e contra os cortes na Educação.

Com o fortalecimento da nossa greve, fica cada vez mais explícito que, no fundo, está em jogo a própria manutenção da educação superior pública. Nesse sentido, os ataques contra o nosso movimento também são intensificados, buscando deslegitimar nossas reivindicações.

Em 20/08, realizou-se Audiência Pública na Câmara dos Deputados para análise da PEC 395/14, que procura limitar a gratuidade do ensino superior nas instituições públicas. O ANDES-SN, após realizar ato em audiência anterior sobre o mesmo tema, foi convidado a compor a mesa.

Nessa audiência, ficou clara a posição do MEC, por meio da intervenção do ministro Janine, em flexibilizar a gratuidade do ensino superior. O governo corta recursos das instituições federais e defende o fim da gratuidade do ensino superior. Como preconiza o Banco Mundial, esse nível educacional é tido como serviço, e deve funcionar segundo a lógica e o interesse do mercado.

Desse modo, amplia-se a subordinação da educação superior aos interesses do capital. Nessa perspectiva, as precárias condições de trabalho e estudo, bem como a débil remuneração docente, são postas como responsabilidades dos próprios professores e da ausência de seus "méritos individuais", devendo ser equacionadas com a privatização da formação acadêmica e outros serviços a serem vendidos por tais instituições. Para enfrentar esse processo, devemos ter a clareza de que a nossa luta, particularmente pela recomposição de salários e reestruturação da carreira, implica manter o próprio caráter da educação pública.

Os professores, técnicos e estudantes são os sujeitos na luta contra a destruição da universidade pública e gratuita.

O momento exige um grau de mobilização ainda maior da categoria. É preciso ampliar a articulação com técnico-administrativos, estudantes, servidores federais e demais categorias em luta para que barremos os ataques em curso e possamos arrancar conquistas. Há uma forte aliança contrária aos direitos sociais que passa por diversos setores, envolvendo interesses financeiros e empresariais articulados ao Estado, como demonstra a "Agenda Brasil". Apenas intensificando a mobilização poderemos responder à altura.

Essa conjuntura demanda que elevemos a pressão por negociação efetiva com o governo. Na perspectiva da construção de uma greve unificada dos SPF's, é preciso intensificar a articulação nos estados e lançar todas as energias na construção das mobilizações dos dias 27 e 28 em Brasília. A greve chegará aos três meses de duração exigindo de nós muita organização e capacidade de luta em defesa da educação pública.

Fonte e Foto: ANDES-SN

O Comando Nacional de Greve aponta como fundamental a construção dos dias 27 e 28/08 como parte da nossa mobilização na luta unificada contra o ajuste fiscal e pela defesa dos nossos direitos.

Essas manifestações vão se ligar às intensas mobilizações que ocorreram em todo o país nos últimos dias. O ato dos SPF's nos estados foi vitorioso. Houve grande articulação entre os três segmentos das universidades e os servidores federais das outras categorias. No dia 18/08, organizaram-se passeatas, atos, carreatas, panfletagem nas ruas: uma ampla mobilização para marcar a unidade prática dos SPF's e pressionar o governo. Unidade que também se expressou politicamente na incorporação do dia 27 como mais uma Marcha, quando todos os servidores pressionarão o MPOG para responder à pauta do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF's.

Ao mesmo tempo em que os servidores federais intensificam sua mobilização, outros setores também iniciaram ou mantiveram suas lutas contra aspectos do ajuste fiscal. No Rio Grande do Sul, todo o funcionalismo aponta para uma greve unificada contra a medida de parcelamento dos salários. Mais de 40 entidades organizaram a paralisação dos serviços públicos, sobretudo nos setores da educação e da segurança, entre 19 e 21/08. Professores da educação básica de Roraima e Alagoas mantiveram a greve, mesmo com sua judicialização pelos governos estaduais. Os metalúrgicos da GM continuam em greve desde o dia 10/08. No dia 20, o sindicato operário participou de audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo para

QUADRO ATUALIZADO DA DEFLAGRAÇÃO DA GREVE NAS IFES:

Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE	Nº	SEÇÃO SINDICAL	IFE
01	ADUFAC	Univ. Federal do Acre	26	CAMPUS GOIÁS	Univ. Federal de Goiás
02	ADUA	Univ.Federal do Amazonas	27	ADCAJ	Univ. Federal de Goiás – Jataí
03	SINDUFAP	Univ. Federal do Amapá	28	ADCAC	Univ. Federal de Goiás – Catalão
04	ADUFRA	Univ. Federal Rural da Amazônia	29	ADUFDOURADOS	Univ. Federal da Grande Dourados
05	ADUFPA	Univ. Federal do Pará	30	ADUFMS	Univ. Federal de Mato Grosso do Sul
06	SINDUNIFEPPA	Univ. Federal do Sul e Sudeste do Pará	31	SESDIFMT	Instituto Federal do Mato Grosso
07	SINDUFOPA	Univ. Federal do Oeste do Pará	32	ADLESTE	Univ. Federal do Mato Grosso do Sul – Três Lagoas
08	ADUNIR	Univ. Federal de Rondônia	33	ADUFF	Univ. Federal Fluminense
09	SESDUF-RR	Univ. Federal de Roraima	34	ADUFRJ	Univ. Federal do Rio de Janeiro
10	SESDUFT	Univ. Federal de Tocantins	35	ADOM	Univ. Fed. dos V. do Jequitinhonha e Mucuri – Campus de Mucuri
11	SINDIFPI	Instituto Federal do Piauí	36	ADUFLA	Univ. Federal de Lavras
12	ADUFERSA	Univ. Federal Rural do Semiárido	37	SINDFAFEID ou ADUFVJM	Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Diamantina
13	ADUFAL	Univ. Federal de Alagoas	38	CLG - UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
14	ADUFS	Univ. Federal de Sergipe	39	CLG - UNILAB	Univ. da Integ. Intern. da Lusofonia Afro-Brasileira
15	ADUFPB	Univ. Federal da Paraíba	40	ADUFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
16	SINDUNIVASF	Univ. do Vale do São Francisco	41	APESJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
17	APUB	Univ. Federal da Bahia		APESJF	Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais
18	APUR	Univ. do Recôncavo da Bahia	42	ADUNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
19	ADUFOB	Univ. Federal do Oeste da Bahia	43	APUFPR	Universidade Federal do Paraná
20	APRUMA	Univ. Federal do Maranhão	44	ADUFPI	Universidade Federal do Piauí
21	ADUFCG	Univ. Federal de Campina Grande	45	ADUFC	Universidade Federal do Ceará
22	ADUFCG-PATOS	Univ. Federal de Campina Grande – Patos	46	ADUFC	Universidade Federal do Cariri
23	ADUC	Univ. Federal de Campina Grande – Cajazeiras	47	ADUFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
24	ADUFMAT	Univ. Federal do Mato Grosso	48	CLG UFVJM - Unai	Univ. Fed. dos V. do Jequitinhonha e Mucuri – Campus de Unai
25	ADUFMAT-ROO	Univ. Federal do Mato Grosso – Rondonópolis			

ZÉ MARIA ABRE SEMINÁRIO CONTRARREFORMAS COM DEBATE SOBRE REFORMA TRABALHISTA E SINDICAL



Getúlio, com o objetivo de domesticar, disciplinar os sindicatos, garantiu a fragmentação do Movimento”, disse o palestrante.

Assim, contou ele, teve início na década de 1990, com o governo Collor, um movimento em favor das chamadas Reformas, numa perspectiva neoliberal. Hoje, esses projetos abrangem seis grandes áreas: Administrativa/do Estado; Universitária; Previdenciária; Tributária; Política; Trabalhista e Sindical. No entanto, por entender que essas Reformas tiram direitos dos trabalhadores e privilegiam os setores de maior poder econômico, os movimentos sociais e intelectuais de inspiração marxista convencionaram chamá-las Contrarreformas.

“A proposta de ‘Reforma’ Política e Sindical foi estruturada pelo Fórum Nacional do Trabalho, composto pelo Ministério do Trabalho e as centrais sindicais”, explicou Zé Maria. E essa relação de cumplicidade entre governo e sindicatos, centrais e confederações sindicais vem se arrastando e teve ainda mais fôlego com a eleição do presidente Lula, em 2002. “As centrais sindicais ajudam o governo a reduzir os direitos e, em troca, recebem poder para negociar e arrecadar, além de privilégios aos dirigentes”, afirmou.

A Contrarreforma Sindical e Trabalhista consiste, grosso modo, na alteração da legislação que rege as relações de trabalho. A ideia seria transferir a garantia de direitos dos dispositivos legais às negociações de acordos coletivos das categorias. “Mas não existe negociação de igual para igual no sistema capitalista. O empresário pode pressionar e impor suas vontades”, garantiu Zé Maria.

Com acordos desse tipo, de acordo com o militante, o governo se livra do desgaste de responder pelo não cumprimento de direitos dos trabalhado-

res e transfere a responsabilidade às entidades sindicais, pois autoriza que estas flexibilizem direitos antes garantidos por lei.

São vários os ataques. Zé Maria lembrou que a Medida Provisória 664 restringe o acesso ao salário desemprego, o Projeto de Lei 430 acaba com as limitações para terceirização ou até quarteirização dos serviços fins, entre outros.

“A ofensiva das empresas se dá em várias áreas, inclusive no Congresso. Esse projeto 430 é perverso! Com a terceirização, uma empresa contrata outra empresa, que contrata outra empresa, e acontece muito do trabalhador nem saber onde fica a empresa que o contratou”.

Dados do Dieese sobre a composição do Congresso Nacional em 2015 apontam que Zé Maria está correto, quando demonstram que a grande maioria dos eleitos, mais de 60%, se declara empresário. É por meio da estrutura do Estado que o setor garante a manutenção e o avanço de seus interesses.

Mas são justamente esses momentos, de duros ataques aos direitos dos trabalhadores que geram efervescência do Movimento Sindical. “Historicamente, as grandes conquistas dos trabalhadores vêm de momentos como o que vivemos agora. Isso não depende de sindicato, de partido. A classe trabalhadora tem a capacidade de se organizar e reivindicar suas demandas. É nisso que eu acredito e é por isso que eu milito e estou aqui. A consciência vai surgir da necessidade e, assim como em outros países, nós conseguiremos avançar na luta”.

*Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do Comando
Local de Greve da Adufmat-Ssind*

No primeiro debate do Seminário Contrarreformas, mais uma atividade organizada pelo Comando Local de Greve da Adufmat-Ssind, o militante Zé Maria (Conlutas) provocou uma excelente discussão sobre Contrarreforma Trabalhista e Sindical. O evento foi realizado no dia 19/08.

Mais de 40 anos de militância trouxeram a ele uma certeza: apesar dos momentos de crise, os trabalhadores brasileiros vão conseguir se organizar e se emancipar. Com otimismo, sensibilidade e muita lucidez em suas análises, o militante discorreu sobre a história do Movimento Sindical no Brasil, em especial a partir do final da década de 1970, período em que participou ativamente das greves no ABC paulista.

A forte mobilização do período que marcou o final da ditadura militar brasileira teve de ser, com a retomada da democracia, abafada, “para evitar um golpe comunista”. Assim pensavam os governantes que, utilizando a estratégia de Getúlio Vargas, de cooptação do Movimento Sindical, iniciaram uma aproximação para corromper as organizações dos trabalhadores. “Vincular as organizações trabalhistas à estrutura do Estado, como fez

DIA DE ATIVIDADES DE GREVE NA UFMT MOBILIZA PROFESSORES, ESTUDANTES E TÉCNICOS DE MATO GROSSO

O dia 18/08/2015 foi histórico para a UFMT. Em greve há 81 dias, professores, estudantes e técnicos de todos os campi da universidade reuniram-se em um dia de atividades, que começou com ato público de entrega da pauta docente à reitora, Maria Lúcia Cavalli Neder.

Mais de 80 pontos de reivindicações locais motivam a greve em Cuiabá, Sinop e Araguaia, além de outros 34 em Rondonópolis. Durante a entrega da pauta à reitora, representantes de todos os campi puderam falar sobre alguns deles.

A representante docente do Araguaia, Cristina Justo, afirmou que teve de arcar com os custos de aulas de campos por diversas vezes. "Já perdi as contas", disse para a reitora. A professora Gerdine Sanson, de Sinop, ressaltou que a principal reivindicação do campus é efetivação do Conselho do Campus, de maneira que haja autonomia financeira e administrativa. Em Rondonópolis, os principais destaques apresentados pelo professor Douglas Ferreira foram com relação à infraestrutura.

Entre os estudantes, a representante do DCE de Cuiabá, Giulia Medeiros, demonstrou preocupação com a perseguição aos trabalhadores terceirizados que, segundo ela, não conseguem se unir para reivindicar direitos, porque são demitidos. Os estudantes do Araguaia, Sinop e Rondonópolis reivindicaram a garantia e a ampliação das políticas de assistência estudantil.

O representante dos servidores técnicos administrativos, Carlos Oliveira, destacou a força dessa greve. A categoria está paralisada em todas as universidades do país.

Representando o Comando Local de Greve de Cuiabá, a professora Alair Silveira afirmou que todas as manifestações ali colocadas traziam algo em comum. "Na fala dos estudantes, dos professores e dos técnicos a gente pode sentir o medo, o receio. Medo, porque a universidade pública, gratuita e socialmente referenciada está sendo comida pelas beiradas", afirmou. Além disso, pediu que a reitora, agora também presidente da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (Andifes) levasse um recado ao governo: "nós não vamos arcar com os custos dessa crise. Não vamos pagar uma dívida que não é nossa, que nós não fizemos".

Em sua fala, Maria Lúcia se comprometeu a

analisar os pontos com responsabilidade e com a maior agilidade possível. Negou que alguns dos pontos colocados, relacionados à assistência estudantil e aulas de campo, estivessem realmente com dificuldades, mas foi imediatamente contestada pela comunidade acadêmica, com movimentos negativos em massa.

Finalizando o ato, o presidente da Adufmat-Ssind, Reginaldo Silva de Araújo, lembrou que o produto daquele encontro, a pauta de reivindicações, é resultado de 80 dias de intensos debates sobre cada um dos problemas que os docentes encontram no seu dia a dia e também ressaltou o papel que a reitora assume agora, à frente da Andifes. "Maria Lúcia dialoga com o governo em nome de todos os reitores", pontuou.

Assembleia Geral

Na assembleia geral unificada, os docentes fizeram um rico debate sobre a conjuntura da greve, além da troca de informações entre os campi. Criticaram duramente o processo de mercantilização da universidade pública e pensaram alternativas para avançar nas negociações.

O professor Roberto Boaventura destacou o apoio dos estudantes à greve, momento em que constroem, juntos, parte importante de suas trajetórias como cidadãos e futuros profissionais. "Nós temos muito o que aprender com os estudantes. Eles têm clareza do espaço precarizado, têm vigor", afirmou.

Por fim, aprovaram dois encaminhamentos que serão submetidos ao Comando Nacional de Greve (CNG): a) realizar intervenção mais enfática no MEC; b) preparar um grupo para tentar dialogar com senadores como Cristovam Buarque, Randolfe Rodrigues, Fátima Bezerra, Ivan Valente e Chico Alencar, no sentido de formar um "bloco parlamentar em defesa da educação pública". (confirmar)

Os professores também elegeram os representantes no CNG a partir da próxima semana: Alair Silveira (delegada) e Marcos Caron (observador).

1ª Reunião Sindical dos Campi da UFMT

Há aproximadamente 20 anos, quando a Adufmat de Rondonópolis se tornou uma seção sindical independente, docentes daquele campus e de Cuiabá não dialogam durante

ações de mobilizações da categoria. O fato, lembrado pelo professor Roberto Boaventura, que era o presidente da instituição naquele momento de conquista da autonomia sindical do campus de Rondonópolis, é bastante simbólico para representar o encontro dessa terça-feira.

A união entre os docentes na 1ª Reunião Sindical dos Campi da UFMT veio da compreensão de que a força de uma entidade sindical só pode vir de sua base. Isolados, é muito mais difícil avançar.

Por isso, durante o encontro, os professores debateram alternativas para facilitar a interação entre os campi nas assembleias, eventos, além da possibilidade de manifestação por meio do voto dado a distância, o que até o momento, por questões regimentais, não tem sido prática da Adufmat.

A entidade também deve providenciar, nos próximos dias, estrutura para conseguir transmitir, em tempo real, as atividades realizadas por meio de áudio e imagem.

Balanco de Greve

Pra fechar o dia de atividades, foi realizado um sarau cultural com música, dança e poesia, exposição de livros, camisetas e produtos orgânicos da agricultura familiar, produzidos pelo MST. O Balanço de Greve foi um sucesso, e não poderia ter sido diferente.

As músicas apresentadas pelos artistas da noite vieram carregadas de questões sociais e políticas, contemplando o momento de resistência dentro e fora da universidade, momento de lutas pela garantia e preservação de direitos.

Sônia Moraes, Beto Boaventura, Maurício Ricardo, Caio Mattoso, Julianne Moura, Juliane Grisólia, Antônio Carlos Neiva e as rappers Kessidy e Nattude provocaram o público de maneira criativa, enérgica e muito reflexiva.

As fotos de todas as etapas desse dia histórico estão disponíveis na fanpage do Comando Local de Greve no Facebook: Comando de Greve UFMT.

*Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do Comando
Local de Greve da Adufmat-Ssind*



25/08 - 14h - Debate: Contrarreforma Política - Cezar Britto (OAB/Brasília)

26/08 - 14h - Contribuição dos Movimentos Sociais para o trabalho intelectual - Fernando Lacerda (UFG)

27/08 - 14h - Debate Contrarreforma Previdenciária - Denise Gentil (UFRJ)

REFORMA ADMINISTRATIVA É CORTE, DIZ SARA GRANEMANN

“Fazer reforma na casa é muito bom, não é? É algo que está na referência da classe trabalhadora como uma coisa boa, bonita. Então chamar de Reforma de Estado é algo que não é despropositado para aqueles que encaminham as reformas. É justamente pra nos remeter a algo que é bom.”

A afirmação foi feita pela professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sara Granemann, no dia 20/08. Na segunda palestra do Seminário Contrarreformas, a docente falou sobre como a Reforma Administrativa/ do Estado tem por objetivo enxugar as despesas do Estado com políticas sociais, em benefício de grupos privados. Uma ação típica do estado neoliberal, que preconiza o “estado mínimo”.

Para contextualizar as ideias de Reforma e Contrarreforma Administrativa/ do Estado, a professora retomou a Europa pós Segunda Guerra Mundial, quando o Estado de Bem-estar Social começou a se estabelecer. De maneira diferente em cada país, os Estados começaram a garantir a maior quantidade possível de direitos aos trabalhadores, dentro do sistema capitalista.

No Brasil, essas ideias demoraram um pouco mais para ser implementadas. Somente em 1988, por meio de Reforma, os brasileiros conseguiram construir sua Constituição nessa perspectiva, que ficou conhecida como cidadã. “Essa foi uma reforma que nos levou a um patamar de direitos, muito rebaixado, mas que nós nunca tínhamos atingido

antes. Não significa que tínhamos o Estado de Bem-estar Social, mas alguns direitos característicos dele. E essas garantias só foram estabelecidas pela luta dos trabalhadores. Não se chega, no modo de produção capitalista, a direito algum sem luta”, afirmou.

Mas foram apenas dois anos. Logo após a eleição de Collor, as garantias de direitos inseridas na Constituição começaram a ser atacadas. Foi em 1990 que veio a primeira Contrarreforma Administrativa: a Lei 8031, com o Programa Nacional de Desestatização, em que Collor pretendia privatizar 68 empresas públicas; 68 empresas que antes arrecavam para o Estado e revertiam sua receita à população, passariam a dar lucro a pequenos grupos.

Collor não conseguiu realizar sua “Reforma” na íntegra porque sofreu impedimento. Mas Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao plano e em 1995 tivemos a segunda proposta de Contrarreforma, nomeada Reforma de Gestão Pública. Assim, instituiu-se um modelo de privatização indireta, transformando instituições estatais em empresas por ações. Foi o caso do Branco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Petrobrás.

Nesse processo de Reforma Administrativa, também houve abertura para os “serviços sociais competitivos”, onde saúde, educação, previdência, isto é, garantias sociais da competência do Estado podem ser, também, oferecidas por empresas privadas. Um exemplo é a substituição de estruturas de assistência estudantil que garantem moradia

e alimentação, por distribuição de bolsas para que o estudante compre esses serviços. Nesse sentido, a docente destacou a relação que o atual governo federal tem com as políticas sociais: monetarizadas e financeirizadas.

Para Granemann, esses serviços são motivos das crises do capital, como a que enfrentamos no momento. “Os serviços sociais competitivos são vendidos como mercadoria para que sejam consumidos e a crise do capital é justamente isso, uma produção maior de mercadoria do que se pode consumir”, disse.

Em momentos de crise, de acordo com a professora, a disputa pelo fundo público fica ainda maior. A professora analisa que, sem o Estado, as empresas não conseguiriam superá-las.

“Reforma Administrativa é corte. Nós chamamos Contrarreforma porque as expressões têm de ser substituídas pra que renovem o convencimento. Mas esta é Reforma do Estado. Essa é a Reforma Administrativa. É essa a razão de se contrarreformar: liberar a riqueza imensa produzida pelos trabalhadores no Brasil para os capitais, e menos para o trabalho. Reforma Administrativa, política de austeridade, ajuste fiscal, é a mesma coisa. Precisa mudar o nome pra convencer que é algo novo”, concluiu a professora.

*Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do Comando Local de
Greve da Adufmat-Ssind*

PARA CLAIR HICKMANN, SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO É INJUSTO

Aposentada da Receita Federal e militante do Instituto de Justiça Fiscal (IJF), a auditora fiscal Clair Hickmann foi a terceira convidada do Seminário Contrarreformas, organizado pelo Comando Local de Greve da Adufmat-Ssind. Ao debater Contrarreforma Tributária na última sexta-feira, 21/08, Hickmann afirmou que o sistema no Brasil é injusto, pois beneficia os mais ricos em detrimento dos mais pobres.

“Eu costumo dizer que o sistema tributário do Brasil é um Robin Hood ao contrário: tira dos pobres para dar aos ricos”, comentou a auditora que tem um extenso currículo de fiscalização à empresas e a políticos brasileiros.

A palestrante apresentou dados da Receita Federal que apontam um sistema tributário “regressivo”, isto é, concentrado nos serviços de bens e consumos, em que todos, independente de renda, contribuem igualmente. A tributação brasileira é aplicada da seguinte maneira: 18% sobre a renda; 51% sobre bens e serviços; 1,67% sobre transações financeiras; 3,93% sobre propriedade; 24,98 folha de salário.

“Quando falamos da política de contribuição tributária estamos refletindo sobre quem paga a conta. É o trabalhador. Vamos comparar: em 2014, uma pessoa que ganhava até dois salários mínimos teve uma carga tributária equivalente a 48,8% de seu salário. Trabalhou 197 dias para pagar isso. No mesmo período, uma pessoa com renda acima de 30 salários, trabalhou 106 dias para pagar a carga tributária que representou cerca de 26% de sua renda. Ou seja, quanto menos se ganha, mais contribui com a carga tributária”, explicou a auditora.

Há, também, situações de isentos e não tributáveis. Aqueles que recebem rendimentos de capital, lucros e dividendos são isentos desde 1996. Antes havia tributação. Rendimentos de aplicações financeiras deduzem de 15 a 22% de tributos. Esses casos não estão inclusos no princípio de tabela progressiva (quanto maior o valor, maior as taxas), enquanto o rendimento do trabalhador está.

Também as remessas de lucros para o exterior estão isentas. Até 1995, eram tributadas em 15%.

“O Brasil poderia arrecadar R\$ 85 bilhões, entre 2012 e 2015, só tributando as pessoas que não pagam”, afirmou.

A auditora fez uma sólida exposição a respeito da evasão fiscal. Além da sonegação, há recursos legais que facilitam a evasão. Preço de transferência, ágio de incorporações, subcapitalização, round-trip e abuso de tratados são alguns desses mecanismos.

O Ágio, estabelecido no governo FHC pela Lei 9.532/97, visa beneficiar o processo de privatização, oferecendo às empresas a possibilidade de deduzir de seus lucros futuros, durante cinco anos, valores excedentes ao pago pela empresa no ato de compra.

No entanto, muitas empresas começaram a reorganizar suas estruturas societárias para gerar ágio fictício.

Também criada no governo FHC, a Lei 9.249/95 beneficia as empresas com relação aos juros de capital próprio, na medida em que facilita a dedução do lucro tributável a apenas 15%. Assim, elas criam despesas fictícias para diminuir o valor do imposto de renda.

“Essa, nós chamamos de ‘jabuticaba tributária brasileira’. Só existe aqui. Se não existisse, este ano nós poderíamos arrecadar pelo menos mais R\$ 15 bilhões.

Paraísos fiscais também são importantes portas de fuga de tributos. Grandes empresas, multinacionais e pessoas muito ricas transferem seus lucros para outro país onde são isentos ou pagam poucos impostos.

Algumas consequências desse movimento são: concentração cada vez maior de renda nas mãos dos investidores; prejuízos aos contribuintes nacionais; concorrência desleal entre as empresas; desvio de recursos importantes para a justiça fiscal e social.

Para a palestrante, divulgar e ampliar esse debate seriam alternativas para trabalhar no sentido contrário ao que está posto. “Temos de tributar mais sobre a renda, taxar bens como iates, helicópteros, que não pagam tributos como os carros. A propriedade no Brasil tributa 3, 3%, enquanto nos outros países a média é 5,8%. Isso é uma opção política! E a reforma tributária que o governo propõe fazer, e vem fazendo, não é o que a gente precisa para tornar esse processo mais justo”, garantiu.

*Luana Soutos
Assessoria de Imprensa do Comando Local de
Greve da Adufmat-Ssind*

CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA

Participação por Bases de Incidência - 2013

